



EXTRATIVISMO, ENERGIA E A PROMESSA DE DESENVOLVIMENTO NO AMAPÁ

Letícia Yumi Benetti da Silva ¹
Mariana Lima Araújo Malta ²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as congruências e singularidades de três momentos históricos do Amapá que evidenciam seu modelo econômico primário-extrativista: a exploração de manganês pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) na segunda metade do século XX, as obras do PAC 2 para construção de hidrelétricas no Rio Araguari e no Rio Jari durante a segunda década do século XXI, e o atual debate (desde 2023) sobre a exploração de petróleo no bloco FZA-M-59 da Margem Equatorial, na Bacia da Foz do Amazonas. A pesquisa busca, mediante essa análise comparativa, problematizar e enriquecer o debate contemporâneo acerca da exploração offshore na Margem Equatorial – atividade cujos impactos transcendem a escala local, adquirindo relevância global no cenário de emergência climática. Metodologicamente, o trabalho se fundamenta em: revisão sistemática da literatura especializada sobre extrativismo e eletricidade no Brasil, relatórios técnicos e levantamento crítico de matérias e reportagens jornalísticas. Os resultados da análise indicam que, ao longo dos três momentos históricos estudados, o Amapá manteve-se como fornecedor de recursos naturais primários, reproduzindo a lógica de extração de riqueza para um mercado ou agente externo, com retorno econômico limitado para o território e para a população local. A promessa de desenvolvimento não se concretizou com a exploração de manganês nem com a construção de hidrelétricas, e dificilmente se concretizará com a exploração de petróleo na Margem Equatorial.

Palavras-chave: Extrativismo, Recursos Naturais, Margem Equatorial, Desenvolvimento, Amapá.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar las congruencias y singularidades de tres momentos históricos de Amapá que evidencian su modelo económico primario-extrativista: la explotación del manganeso por parte de la empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) en la segunda mitad del siglo XX, las obras del PAC 2 para la construcción de centrales hidroeléctricas en los ríos Araguari y Jari durante la segunda década del siglo XXI, y el debate actual (desde 2023) sobre la explotación petrolera en el bloque FZA-M-59 de la Margem Equatorial, en la cuenca del Amazonas. La investigación busca, mediante este análisis comparativo, problematizar y enriquecer el debate contemporáneo sobre la explotación offshore en la Margem Ecuatorial, una actividad cuyos impactos trascienden la escala local y adquieren relevancia global en el contexto de la emergencia climática. Metodológicamente, el trabajo se basa en: una revisión sistemática de la literatura especializada sobre extracción y electricidad en Brasil, informes técnicos y un estudio crítico de artículos y reportajes periodísticos. Los resultados del análisis indican que, a lo largo de los tres momentos históricos estudiados, Amapá se mantuvo como proveedor de recursos naturales primarios, reproduciendo la lógica de extracción de riqueza para un mercado o agente externo, con un rendimiento económico limitado para el territorio y la población local. La promesa de desarrollo no se materializó con la

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo - USP, leticia.yumi.silva@usp.br;

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo - USP, m.malta@outlook.com;



explotación del manganeso ni con la construcción de centrales hidroeléctricas, y difícilmente se materializará con la explotación

Palabras clave: Extractivismo, Recursos Naturales, Margem Equatorial, Desenvolvimento, Amapá.

INTRODUÇÃO

A história do estado do Amapá evidencia as contradições estruturais da associação do desenvolvimento socioeconômico à exploração de recursos naturais no contexto brasileiro. Desde sua integração efetiva ao território nacional, a dinâmica produtiva do estado tem sido marcada por ciclos de exploração de recursos naturais que não se converteram em benefícios sociais duradouros ou em diversificação econômica. Esse padrão do modelo primário-extrativista, que se repete no contexto nacional, evidencia uma dependência histórica de atividades voltadas à exportação de bens de baixo valor agregado e de impacto ambiental, em detrimento de um projeto de desenvolvimento de fato sustentável e inclusivo.

O presente artigo propõe analisar as congruências e singularidades de três momentos históricos do Amapá que demonstram a persistência desse modelo: a exploração de manganês pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) na segunda metade do século XX; as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) para a construção de hidrelétricas nos rios Araguari e Jari na segunda década do século XXI; e o atual debate sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial, especialmente no bloco FZA-M-59, localizado na Bacia da foz do rio Amazonas.

Nos três momentos nota-se um padrão na distribuição dos ganhos econômicos obtidos a partir da exploração de recursos naturais presentes no estado, uma pequena parcela é de fato absorvida pelo estado e a maior parte dos ganhos são externalizados. Ao realizar uma análise comparativa desses três contextos, busca-se problematizar as continuidades e rupturas do modelo extrativista amapaense, bem como suas implicações para o progresso e desenvolvimento do estado. Além disso, busca-se, a partir deste trabalho, contribuir para o debate contemporâneo sobre a exploração petrolífera offshore na Margem Equatorial, iniciativa que se insere nas discussões globais sobre a necessidade de reduzir a utilização de combustíveis fósseis e o enfrentamento das mudanças climáticas.

Metodologicamente, o trabalho fundamenta-se em uma revisão sistemática da literatura especializada sobre extrativismo e eletricidade no Brasil, e em uma revisão da produção técnica, incluindo relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do MapBiomas, do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Para o estudo também foi realizado um



levantamento de matérias e reportagens jornalísticas, para que fosse possível ampliar a compreensão dos debates contemporâneos sobre os empreendimentos, especialmente sobre o mais recente, a iniciativa de exploração petrolífera na Margem Equatorial.

O trabalho está estruturado em quatro seções principais, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção discute o processo de exploração de manganês pela ICOMI, contextualizando-o no cenário de industrialização e dependência econômica do século XX, e destacando o legado questionável da mineração no estado. A segunda analisa as obras do PAC 2 e o papel da energia hidrelétrica na atualização do modelo extrativista, evidenciando-se como as hidrelétricas representam avanços para o estado apenas em termos de geração de energia, sem, contudo, assegurar estabilidade no fornecimento nem benefícios socioeconômicos duradouros. A terceira seção examina o debate atual sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial. Já na quarta seção apresenta-se uma análise comparativa dos três momentos. Por fim, nas considerações finais retomam-se os principais argumentos e apresentam-se reflexões sobre o desenvolvimento do Amapá.

A EXPLORAÇÃO DE MANGANÊS PELA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S.A. (ICOMI)

Criado em 1943, o Território Federal do Amapá (TFA) foi palco da primeira experiência de mineração industrial na Amazônia, com a extração de manganês pela Indústria e Comércio de Minério S.A (ICOMI), em Serra do Navio (Monteiro, 2003). As jazidas de manganês, descobertas em 1945, foram a sustentação econômica das práticas regionalistas da elite político-administrativa que conduzia o território. Por meio da ideia e promessa de progresso, associado a autonomia econômica baseada na mineração, buscava-se não só impedir que o território fosse anexado ao Pará, mas também assegurar o poder da elite local que desejava a ascensão do território para estado federativo. A mineração foi a atividade considerada capaz de desenvolver e modernizar a região para alcançar estes objetivos e a ICOMI como motor do progresso (Marques; Marques, 2013).

Durante este período, marcado pelo final da Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria, foi definido o papel que cada país cumpriria na economia mundial, com a Nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT) (Marques, 2012). Ao Brasil, considerado um país de terceiro mundo, como outros da América Latina, coube expandir sua produção industrial a partir de projetos de infraestrutura financiados por organismos internacionais (Bermann, 2012). A Amazônia, particularmente sua parte oriental, consolida-se como polo exportador de minérios



(Maques, 2012), considerando sua disponibilidade na região e o potencial hidrelétrico dos rios amazônicos para abastecimento da indústria mineradora (Bermann 2012).

Nesse contexto, o manganês do território amapaense é também considerado uma nova fonte de fornecimento para o mercado mundial e de localização estratégica devido à proximidade com os EUA e a Europa (Passos, 2017). Declaradas “reserva nacional” em 1946, as jazidas tiveram sua exploração concedida no ano seguinte à empresa brasileira ICOMI (Bastos; Valente; Oliveira, 2021).

Em 1949, a ICOMI se associa a Bethlehem Steel Company, com a justificativa de precisar de ajuda técnica e financeira, transferindo 49% de seu capital à corporação norte-americana. Contudo, o empreendimento só começa a ser implementado a partir do empréstimo realizado pelo Export-Import Bank of Washington (EXIMBANK), no valor de US\$ 67,5 milhões. As condições para viabilizá-lo exigiram a revisão do contrato inicial de prospecção das jazidas e garantiram que o dinheiro gasto pelo governo norte-americano na compra de manganês da ICOMI retornasse aos cofres estadunidenses: as receitas provenientes da venda de minério ao governo seriam usadas para o pagamento do empréstimo. Além disso, a ICOMI foi obrigada a suspender a aplicação de 20% do lucro líquido no Amapá durante o pagamento do empréstimo e compensar o território, adicionando 1% aos 4% previstos como royalties (Drummond; Pereira, 2007; Monteiro, 2003).

Mesmo com pontos controversos no novo contrato de arrendamento das jazidas de manganês pela ICOMI, a elite político-administrativa amapaense garantiu a manutenção do seu poder e que o TFA se tornasse um estado federativo, a partir da promulgação da Constituição de 1988. Contudo, os impactos resultantes da exploração de manganês no território do Amapá colocam em dúvida se a promessa de desenvolvimento e progresso para região também foi alcançada (Monteiro, 2003).

Segundo Monteiro (2003), o valor adicionado das operações da ICOMI, 52,20% do total faturado, tiveram limitada internalização. Deste valor, somente 12,69% correspondeu aos salários e 10,72% foram reinvestidos na região com projetos diretamente ligados às necessidades da mineradora, como a construção da usina de pelotização e a usina de sinterização de manganês.

Não foi diferente com o investimento do valor dos royalties. Tendo em vista que as termelétricas do território não eram capazes de abastecer as atividades da mineração, 100% do valor dos royalties pagos pela ICOMI, até 1980, foram direcionados para Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) construir a Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (UHCN)



(Monteiro, 2003). Conhecida popularmente como Paredão, esta foi a primeira usina hidrelétrica construída na Amazônia brasileira (Viana, 2017).

Apesar de seu atendimento ter se estendido a Macapá, Santana, Ferreira Gomes e Porto Grande (Viana, 2017), o excedente foi fundamental para a própria mineração. Com a maior oferta de energia no território, foi possível não apenas atender à demanda existente, mas também viabilizar a operação de outros projetos do setor, como a Companhia Ferro-Liga do Amapá (CFA), também do grupo ICOMI (Monteiro, 2003).

Drummond (2005) também reflete sobre os impactos da mineração de manganês no TFA e afirma que “os efeitos desenvolvimentistas diretos da mineração de Serra do Navio sobre o Amapá foram de modestos a mínimos” (p.67). Para ele, o fato do território não ter uma grande usina siderúrgica e exportar minério *in natura* para abastecer o mercado internacional, impediram o aproveitamento local de criar oportunidades e agregar valor ao minério.

A exploração de manganês no Amapá fez do Brasil um dos maiores produtores e exportadores do minério do mundo (Drummond, 2005). No entanto, o legado deixado ao território é questionável. As minas de Serra do Navio foram exauridas, com passivos ambientais de difícil mensuração, como a contaminação do lençol freático por arsênio na região portuária (Monteiro, 2003). A prometida modernização decorrente dessa exploração não se concretizou. O progresso e desenvolvimento do território se mantiveram como uma ideia, uma promessa.

AS HIDRELÉTRICAS DO PAC-2 NO RIO ARAGUARI E NO RIO JARI

Durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)³. O objetivo do Programa era gerar empregos, acelerar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, melhorar as condições de vida da população brasileira. O Programa realizou obras de infraestrutura em todo o país, através de um conjunto de medidas que visavam incentivar investidores privados, aumentar o investimento público em infraestrutura e remover obstáculos às obras⁴.

Na Amazônia e no Amapá, o PAC foi resultante de “um conjunto de políticas territoriais predecessoras, desenvolvidas com o objetivo de integrar a Amazônia aos circuitos produtivos do capitalismo global” (Carmo; Miranda; Barreira, 2019, p.14) em que se

³ O Programa de Aceleração do Crescimento foi criado pelo Decreto no 6.025/2007 e, posteriormente, alterado pelo Decreto no 7.470/2011, que criou o PAC 2 (NUNES, 2018).

⁴https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/atualizacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html



modulam e articulam Estado, reprodução capitalista e produção do espaço como fundamentais para a compreensão do lugar contraditório do planejamento regional. Ou seja, “Estado e planejamento podem ser caracterizados pela intensiva demanda de normatização das relações capital, terra e trabalho e a promoção das condições gerais da produção para a industrialização e desenvolvimento econômico” (Barros; Prietro, 2021, p. 630).

Neste contexto, o Brasil vivia uma tendência de reprimarização das exportações, com a queda da exportação de manufaturados, além da crescente participação do setor industrial energointensivo no consumo de energia elétrica – caminho contrário ao dos países desenvolvidos. A riqueza mineral, as extensões de plantio e a disponibilidade de energia hidrelétrica barata do país foram vistas como recursos a serem aproveitados (Bermann, 2011).

Não por coincidência, o Programa de Aceleração do Crescimento realizou uma série de empreendimentos energéticos na Amazônia para atender a demanda da indústria, considerando a abundância de bens primários de origem mineral e o potencial hidrelétrico da região.

No Amapá, o PAC inaugurou uma nova fase do setor energético a partir da interligação de uma parte do estado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) (Corrêa; Porto, 2019). Com a construção de três usinas hidrelétricas, Cachoeira Caldeirão, Ferreira Gomes e Santo Antônio do Jari, somadas a produção da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, o Amapá passou a produzir um excedente elétrico que, pelo Linhão de Tucuruí, foi exportado para centros urbanos e regiões mais industrializadas do Brasil.

A Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes (UHFG) foi construída a jusante da Usina de Coaracy Nunes, no trecho médio do rio Araguari e possui uma potência de 252MW. Para a construção da usina, foi necessário um investimento de alta escala, totalizando cerca de R\$ 1,32 bilhão. Destes, 812 milhões foram do Governo Federal e o restante das empresas Odebrecht S.A. e a Neoenergia Investimentos S.A. O empreendimento foi a leilão no ano de 2010 e a empresa Alupar Investimento S.A venceu a concessão para o gerenciamento das obras e das atividades de geração de energia, que iniciaram em 2015 (Corrêa, 2018).

A montante de UHCN está a Usina Hidrelétrica de Cachoeira Caldeirão (UHCC), também no trecho médio do rio Araguari, com um potencial energético total de 219MW. A concessão para administração deste empreendimento foi decidida a partir de um leilão, o qual a EDP Energias do Brasil e a CWEI Participações LTDA (empresa pertencente à China Three Gorges, CTG) venceram e, cada uma, aplicou 50% de investimentos na usina. A UHCC deu início às operações comerciais em 2016 (Corrêa, 2018).



Já a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio Jari está localizada a 150km da foz do rio Jari, entre os municípios de Laranjal do Jari, Vitória do Jari e Almeirim. Embora não faça parte do complexo das hidrelétricas da bacia hidrográfica do rio Araguari, após o início de sua operação, passou a integrar o SIN. O investimento para construção da usina foi de “1,4 bilhão, financiado pelo BNDES, por meio do PAC, para a CESBE S.A Engenharia e Empreendimentos e o Consórcio EDP (Energias de Portugal), empresa do ramo de geração e distribuição de energia, que detém o maior número de ações deste empreendimento” (Siqueira Campos, 2019, p. 25).



Mapa atual do sistema elétrico do Amapá. No estado somente o município de Oiapoque ainda não está no Sistema Interligado Nacional, segundo o Plano Anual da Operação Energética dos Sistemas Isolados para 2024 (PEN SISOL 2024). Elaborado por: Rafael Stabile, 2025. Fonte: ONS, 2023.

Com a construção das novas usinas e da produção de excedente elétrico, o Amapá passou a contribuir com o abastecimento do setor industrial energointensivo voltado à exportação de outras regiões do país. Além disso, como se viu, as empresas de energia



identificaram uma oportunidade de expandir seu mercado - de produção, transmissão e distribuição - por meio das concessões da nova infraestrutura elétrica amapaense.

Por outro lado, a população do estado teve a expectativa de desenvolvimento frustrada. Corrêa e Porto (2019) identificaram que o descompasso entre a produção e a distribuição de eletricidade no estado impediu que as mudanças no setor elétrico do Amapá contribuíssem significativamente para o desenvolvimento regional. Segundo as autoras:

a consolidação de empreendimentos hidrelétricos no Amapá representou avanços para o estado apenas em termos de geração de energia, possibilitando a integração dessa infraestrutura ao restante do Brasil. Contudo, as dificuldades da distribuição de energia para todo o estado do Amapá denotam um quadro negativo da oferta do serviço quando comparada a outros estados e regiões do país. (Corrêa; Porto, 2019, p.5)

O episódio mais dramático desse descompasso foi o sinistro vivido no estado em novembro de 2020, um dos mais críticos da história do país. 90% da população amapaense ficou sem eletricidade total por 4 dias, seguido de dezoito dias de racionamento mediante revezamento, após um incêndio que atingiu dois equipamentos da subestação de Macapá.

A concessionária responsável pela administração e manutenção da subestação tinha negligenciado a manutenção do transformador reserva desde dezembro de 2019 e, quando o primeiro e segundo transformador pegaram fogo, 13 dos 16 municípios do estado ficaram sem energia.

Frabetti (2020) argumenta que as concessionárias que vencem os leilões de energia priorizam a maximização de lucros, operando com margens de segurança reduzidas. Dessa forma, mesmo diante da infraestrutura existente e do excedente elétrico produzido, as redes de transmissão e distribuição de energia ainda abastecem insuficientemente os municípios do Amapá, constituindo-se como um entrave para o desenvolvimento do estado (Chelala; Chelala, 2023).

O legado das hidrelétricas implementadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento, por sua vez, vai além da frustração das expectativas de estabilidade no fornecimento de energia – fundamental para, por exemplo, atrair indústrias a partir da integração ao SIN. Inclui também significativos impactos socioambientais.

Neste sentido, Viana (2017) destaca que os impactos locais, causados pela implantação das usinas, foram mais graves e depreciativos que os ganhos, ao ponto de não trazerem nenhum resultado positivo para o desenvolvimento local.

MARGEM EQUATORIAL: A PROMESSA DE DESENVOLVIMENTO EM DISPUTA



Em 2023, o discurso de desenvolvimento e transformação do estado do Amapá foi retomado, agora a partir da possibilidade de exploração petrolífera na Margem Equatorial. Segundo aqueles que defendem a exploração, o petróleo traria benefícios como a geração de empregos, o aumento na arrecadação com royalties e a inserção estratégica do estado na oferta energética do Brasil. O presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva e a Petrobras defendem que a exploração é necessária para o país, e que trata-se de uma riqueza que deve ser explorada e exportada, para assim garantir a segurança energética e viabilizar a transição energética justa e sustentável no Brasil (Petrobras, 2023; Agência Brasil, 2025).

Em consonância com o discurso presidencial, o governo estadual anuncia a iniciativa como estratégica para impulsionar o estado com uma nova matriz econômica para a região (Nascimento, 2025). Em uma reunião, que ocorreu em 2024, entre a presidente da Petrobras, Magda Chambriard e representantes do governo do Amapá, a presidente destacou que a empresa quer transformar o potencial do estado em benefício real para a população, e o governador do estado Clécio Luís afirmou que a exploração de petróleo na costa do Amapá interessa a Petrobras, ao Brasil e ao estado (Petrobras, 2024).

No fórum “Transição Justa e Segurança Energética”, evento promovido pela Petrobras em parceria com o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento da Amazônia Legal e Governo do Maranhão, que ocorreu em março de 2024 no Maranhão, o governador do Amapá argumentou em defesa da exploração do petróleo na costa do estado (Figueiredo, 2024):

Queremos manter os bons indicadores ambientais, e que eles puxem também os sociais e econômicos. Queremos diversificar a nossa matriz, que hoje é apenas do comércio, de poucas atividades. Queremos a produção de petróleo e gás com segurança e sustentável. Isso é uma saída para preservar a floresta em pé, para preservar a Amazônia viva não só com a fauna e a flora, mas também com os quase 30 milhões de brasileiros que moram nela (...) (Figueiredo, 2024).

As características do estado do Amapá evidenciam o desafio e a tensão existente entre a preservação ambiental e a busca por desenvolvimento. O Amapá tem um dos mais baixos IDHs do país (0,688), ocupando o 25º lugar em comparação com os demais estados, e enfrenta desafios no que se refere a infraestrutura, pobreza e desigualdade social (IBGE, 2025). O estado tem 95% de vegetação nativa da Amazônia (Mapbiomas, 2023), 62,7% do seu território são Unidades de Conservação (UCs), 8,3% Terras Indígenas e 0,4% de Território Quilombola (Ribeiro *et al*, 2022), e contribuiu com apenas 0,39% (507,13 km²) em termos de incrementos de desmatamento na Amazônia entre 2008 e 2024 (INPE, 2025). A promessa da exploração do petróleo como sinônimo de desenvolvimento ganha protagonismo no discurso político como a oportunidade do estado que sempre preservou, mas não cresceu economicamente, conseguir enfim lucrar com suas riquezas naturais. Como evidenciado no



discurso do governador do Amapá, Clécio Luís (Figueiredo, 2024), a exploração do petróleo aparece como uma necessidade para que o estado consiga permanecer conservando o meio ambiente. Contudo, conforme reiterado por ativistas, ambientalistas e pelo próprio Ibama, a exploração petrolífera se configura como uma ameaça a áreas sensíveis, e apresenta riscos concretos à resiliência socioambiental da região (Cardoso, 2025).

As discussões em torno da necessidade de explorar essa nova fronteira petrolífera no geral envolvem os impactos ambientais na região e as consequências climáticas da continuidade de investimentos e utilização de combustíveis fósseis. Além desses pontos, é fundamental questionar se a exploração petrolífera vai promover o desenvolvimento local de forma efetiva ou se apenas reproduzirá um ciclo extrativista com alto custo ambiental e benefícios e impactos distribuídos de forma desigual.

No que se refere aos impactos no mercado de trabalho, convém destacar que a exploração petrolífera offshore não é intensiva em mão de obra local, especialmente na fase de produção, que demanda trabalhadores altamente qualificados e especializados, muitas vezes oriundos de outras regiões (Piquet; Tavares; Pessoa, 2011). Vale ressaltar ainda que a exploração de petróleo é apenas uma parte da cadeia produtiva, as etapas de refino e distribuição, de maior valor agregado, estão concentradas em centros já consolidados. Essa realidade se reflete diretamente na distribuição das refinarias.

Segundo os dados da Empresa de Pesquisa Energética (2024b), o Brasil possui 18 refinarias, e a capacidade nacional de refino de petróleo está concentrada nas regiões sudeste (60%), sul (19%) e nordeste (19%). A região norte possui apenas uma refinaria, no Amazonas, que corresponde a 46 mil barris por dia, 2% da capacidade nacional. Já a estimativa do volume total de óleo recuperado para a porção NW da Bacia da Foz do Amazonas, que inclui o bloco FZA-M-59, é da ordem de 6,2 bilhões de barris (Empresa de Pesquisa Energética, 2024a). A capacidade de refino regional é baixa diante da estimativa, o que sugere que a maior parte do volume extraído seria exportada como óleo bruto, com menor valor agregado.

A centralização do processamento do petróleo e da expertise técnica em outras regiões reforça a lógica de um enclave extrativista, que limita o controle e o desenvolvimento logístico local. Consequentemente, o incremento de empregos gerados no Amapá se daria majoritariamente no nível técnico e operacional. Sendo assim, o potencial para reduzir o desemprego estrutural e gerar um desenvolvimento a longo prazo é limitado, ainda que possam existir efeitos indiretos em setores como serviços, logística e comércio.



Quanto às expectativas relacionadas aos royalties, os impactos dos recebimentos de royalties são múltiplos e potencialmente benignos, possibilitando investimentos em infraestrutura, saúde e educação (Leão et al., 2024). Contudo, o histórico do Brasil demonstra que a distribuição e o uso desses recursos podem reproduzir padrões de concentração regional, problemas de governança, e que são necessários mecanismos de gestão de longo prazo (Silva, 2017; Borges, 2025).

Nem sempre é possível fiscalizar e analisar a destinação de recursos, que na prática são de natureza finita e incerta, os dois municípios brasileiros que receberam mais receitas petrolíferas, per capita (Kennedy, no Espírito Santo) e em valores absolutos (Campos, no Rio de Janeiro), possuem índices socioeconômicos ruins, falta de saneamento básico, desigualdades sociais, e problemas na educação e saúde pública (Cícero; Oliveira, 2025). A Agência Pública analisou dez indicadores socioeconômicos dos 15 municípios que mais receberam royalties entre 1999 e 2024, nove dos municípios têm mais de 25% da sua população abaixo da linha da pobreza (Oliveira, 2025). O aumento da arrecadação por si só não garante um impacto social positivo, melhorias efetivas na vida da população. Com a alta arrecadação outras fontes de recursos são negligenciadas, e o governo local pode entrar em um processo de dependência da arrecadação petrolífera. Sendo assim, não é possível afirmar que a receita petrolífera pode resolver os problemas econômicos e sociais de um estado ou município, não há uma correlação direta positiva entre o valor recebido e indicadores sociais.

A discussão sobre a exploração envolve questões políticas, ambientais e sociais. Em maio de 2023, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) negou a licença de perfuração devido a inconsistências técnicas e vulnerabilidades ambientais críticas da região, que inclui Unidades de Conservação, Terras Indígenas e ecossistemas marinhos frágeis (Ibama, 2023). Desde essa negativa do órgão de fiscalização ambiental nacional, o processo avança em meio a discussões sobre a necessidade de garantir segurança energética, os impactos ambientais que a exploração poderia causar na região, e a possibilidade de desenvolvimento econômico do estado do Amapá a partir da liberação.

Em maio de 2025, um passo importante foi dado no caminho do processo de licenciamento, o conceito do Plano de Proteção e Atendimento à Fauna Oleada (PPAF), apresentado pela Petrobras como parte do Plano de Emergência Individual (PEI) para a atividade de pesquisa marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas foi aprovado pelo Ibama (Ibama, 2025). A aprovação indica que o plano atendeu aos requisitos técnicos exigidos e está apto para a próxima etapa: a realização de vistorias e simulações de resgate de animais da fauna oleada, que testarão, na prática, a capacidade de resposta em caso



de acidentes com derramamento de óleo (Ibama, 2025). A expectativa é de que a reunião de planejamento da Avaliação Pré-Operacional (APO) aconteça em agosto de 2025. A APO é o último passo necessário para autorizar a petrolífera a perfurar a área do Bloco FZA-M-59, a cerca de 160 quilômetros da costa do Amapá (Moura, 2025).

A exploração também pode causar uma série de danos significativos a setores econômicos consolidados na região, que dependem da integridade dos ecossistemas locais, como a pesca artesanal e o turismo ecológico, assim como afetar a segurança alimentar e hídrica de populações que vivem na região costeira (Ministério Público Federal, 2025). Alterações ambientais a partir de vazamentos de óleo poderiam afetar não apenas o equilíbrio ecológico da região, impactando a biodiversidade costeira, os recifes amazônicos e os corais mesofóticos, mas também comprometer a cadeia alimentar local.

Conforme consta na ação apresentada pelo Ministério Público Federal no Amapá (2025), o histórico da indústria petrolífera evidencia como vazamentos e acidentes são riscos concretos. No caso da Margem Equatorial, a correnteza pode transportar rapidamente óleo derramado para áreas de recifes amazônicos ou manguezais. Os riscos ambientais foram reconhecidos pelo Ibama (2023) que qualificou a região da Foz do Amazonas como de extrema sensibilidade socioambiental por abrigar Unidades de Conservação, Terras Indígenas, mangues, e grande biodiversidade marinha com espécies ameaçadas de extinção.

Nesse contexto, comunidades tradicionais, organizações de indígenas, quilombolas e entidades de defesa do meio ambiente lutam para garantir consulta prévia (Convenção 169 da OIT), e respeito aos modos de vida tradicionais (Brasil de Fato, 2025; Oliveira, 2024). O debate existente na sociedade civil evidencia que a decisão sobre a exploração petrolífera não se limita a um cálculo de custos e benefícios, trata-se de uma disputa sobre modelos de desenvolvimento e busca por justiça social e ambiental.

Eduardo Gudynas e Alberto Acosta destacam que as atividades extrativistas frequentemente provocam desigualdade, relações sociais clientelistas, concentração de renda e danos socioambientais externalizados, enquanto o desenvolvimento se mostra efêmero e regressivo (Dilger *et. al.*, 2016). Os projetos extrativistas em países latino-americanos, muitas vezes adotam uma retórica de soberania sobre recursos naturais, mas na prática podem reforçar modelos de exploração e aprofundar a dependência do mercado externo, com pouca redistribuição em termos nacionais (Dilger *et. al.*, 2016).

No plano mundial, a crise climática exige a redução das emissões de gases de efeito estufa. A tendência internacional deve ser de descarbonização da economia, e aumento do investimento em energia limpa e renovável e o Brasil busca ocupar o espaço de liderança



ambiental. Já no plano nacional, enfatiza-se os ganhos imediatos em royalties e empregos, enquanto os custos e riscos socioambientais são omitidos e costumam afetar as populações locais de forma desproporcional. A Amazônia, e mais especificamente o Amapá, não podem ser compreendidos como uma fronteira de sacrifício em nome de uma promessa de desenvolvimento.

Em 2024 o planeta já superou o aquecimento limite previsto no Acordo de Paris de 2015 (Brasil, 2025), o setor energético é o maior emissor de gases de efeito estufa, e o Brasil já vivencia os efeitos das mudanças climáticas (Magalhães, 2024). Ainda que a utilização de fontes renováveis esteja crescendo no Brasil e no mundo, a demanda por energia também é crescente, assim como a utilização de combustíveis fósseis. A transição energética defendida pelo governo federal e pela Petrobras tem como base a necessidade de lucrar com o petróleo, para assim investir em fontes renováveis, e constitui-se na prática como uma adição de fontes. Mesmo que o destino do petróleo seja a exportação, ele continuará sendo utilizado e gerando as emissões de gases de efeito estufa que vão acelerar o processo de aquecimento global e consequentemente as mudanças climáticas. Os eventos extremos que aconteceram no país nos últimos anos, como a estiagem severa no norte e os alagamentos no sul evidenciam como o país não está preparado para as consequências da mudança do clima.

Ainda que existam benefícios, o modelo extrativista baseado no petróleo reproduz padrões históricos de dependência econômica, exclusão social e riscos de degradação ambiental. Ele reforça uma economia de enclave, na qual a riqueza é explorada, mas os benefícios reais não são distribuídos de forma igualitária. A exploração de petróleo na Margem Equatorial, especialmente na Bacia da Foz do Amazonas, é apresentada como uma chance do estado alcançar o progresso, mas essa narrativa deve ser questionada tendo em vista as experiências passadas, os riscos socioambientais e o posicionamento da sociedade civil.

ANÁLISE COMPARATIVA

Respeitando as particularidades dos três momentos apresentados - exploração mineral em Serra do Navio, construção das hidrelétricas pelo PAC-2 e a exploração de petróleo na foz do rio Amazonas - e o contexto histórico em que cada um se insere, nota-se congruências entre eles que permitem algumas considerações e questões que contribuem com o debate em curso sobre a exploração de petróleo offshore na Margem Equatorial.

O apelo ao discurso de desenvolvimento, utilizado por governos, elites e empresas para justificar a exploração de recursos naturais, não é uma particularidade da história do Amapá. Para Porto e Guimarães (2023), o que é característico, desde a época do TFA até



2023, é que as transformações territoriais e econômicas foram baseadas na busca pelo desenvolvimento, administrando o território de forma a estimular a exploração dos recursos naturais como um “grande negócio”, inclusive com o suporte de investimentos públicos.

Para definir o Amapá como um espaço de “grande negócio”, os autores destacam alguns fatores, como o fato do Amapá se apresentar como um fornecedor de matérias-primas - com destaque para os minerais -, de alimentos, como a soja e o açaí, e de energia elétrica através do linhão de Tucuruí (Porto; Guimarães, 2023). Além disso, destacam que o Amapá, desde a época colonial, foi acionado por forças externas devido a sua posição de fronteira, aos seus recursos naturais, ao seu potencial turístico e de produção de eletricidade (Porto; Guimarães, 2023).

Entre os três momentos analisados, a gestão dos recursos naturais existentes no território é voltada ao mercado, como um “grande negócio” de agentes externos. No caso da exploração mineral em Serra do Navio pela ICOMI, a demanda mundial de manganês, o papel da Amazônia oriental na DIT, a composição dos capitais da empresa e os interesses do governo federal de ocupar os “espaços vazios” no norte do país configuraram o movimento externo que encontrou as ambições da elite regional de desenvolver o território por meio da mineração. Dessa forma, o TFA recebe uma infraestrutura específica - ferrovia, construção de uma usina hidrelétrica, um porto - para desenvolver a mineração voltada para exportação, mas tem um desenvolvimento modesto diante dos lucros da ICOMI e da quantidade de recurso mineral extraído para abastecer portos espalhados pelo mundo.

No caso das três usinas hidrelétricas construídas no PAC-2, a lógica da exploração interna voltada ao mercado se faz notar na manutenção do papel da Amazônia oriental na DIT, na reprimarização da economia de exportação brasileira, na necessidade crescente de energia para abastecer regiões mais industrializadas e urbanizadas e no modelo de concessões do setor elétrico. Esse modelo aciona o Amapá como um “grande negócio”. Instalam-se novas usinas e toda a infraestrutura necessária para escoar eletricidade para fora do estado. Porém o abastecimento elétrico interno é deficiente e incapaz de atrair indústrias para desenvolver o estado.

Na discussão em curso sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial, o discurso federal favorável à exploração vai ao encontro com os discursos dos políticos locais: dos partidos majoritários, das diferentes matrizes políticas, ambos se unem pela exploração na foz do rio Amazonas. Nessa situação, assim como nas outras, identifica-se também a lógica de extração dos recursos naturais sem agregar valor, considerando que se discute sobre a



exploração e extração do petróleo, mas não se menciona qualquer intenção de construir uma refinaria na região (Porto; Guimarães, 2023).

Com a exploração de manganês, construiu-se uma série de empreendimentos que beneficiaram sobretudo a ICOMI, mas não um parque siderúrgico que agregasse valor ao mineral exportado. Já na construção das usinas, aumentou-se a produção elétrica, mas não se projetou no estado formas de aproveitamento do excedente elétrico, que é escoado como mercadoria para ser aproveitado em atividades econômicas em outras regiões. Assim, o provável é que o petróleo extraído na Margem Equatorial aumente ainda mais a porcentagem da exportação brasileira de óleo bruto, um commodity sem valor agregado.

Marques (2012) analisa a trajetória da conformação da Amazônia como uma economia primária extrativista e conclui que a região é uma moderna colônia energético-mineral:

Colônia porque sua produção está submissa à lógica da reprodução ampliada de capital na escala nacional e mundial. Moderna pelo fato de os projetos-enclaves de exploração mineral utilizarem técnicas avançadas de apropriação intensiva da natureza. A grande questão que fica é pensar criticamente o lado nada moderno da degradação ambiental e social imposta pelo capital. (p.33)

Se aprovada a exploração na foz do Amazonas, será necessário implementar uma infraestrutura de alta tecnologia na região voltada para o petróleo, considerando que se trata de petróleo não convencional, localizado em águas profundas. Ainda assim, como nos outros casos, a tecnologia utilizada e a nova configuração do território constituirá mais um caso para caracterização da Amazônia como uma moderna colônia energético-mineral.

A Amazônia oriental seguirá cumprindo seu papel na DIT, agora não só exportando minério, mas também petróleo. Porto e Guimarães (2023) são céticos com a possibilidade de desenvolvimento do Amapá com a exploração de petróleo na Margem Equatorial sem uma refinaria na região e consideram mais uma “nova ‘intenção de desenvolvimento’ propalada ao estado” (p.22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a criação do Território Federal do Amapá a sua estadualização e atualidade, o território é acionado por forças externas como um “grande negócio” ao se apresentar como um fornecedor de matérias-primas (Porto; Guimarães, 2023). Na busca pelo desenvolvimento, o território é transformado e administrado segundo uma lógica de extração de recursos naturais, orientada à exportação de commodities.

Nos três momentos apresentados, o Amapá foi incorporado a circuitos econômicos sem que houvesse agregação de valor local ou o fortalecimento de uma economia regional



autônoma. Além disso, a exploração desses recursos gerou (e ainda pode gerar) profundas externalidades ambientais, que comprometem a capacidade de regeneração e adaptação do estado. No que refere ao caso mais atual, o modelo extrativista baseado no petróleo repete padrões históricos de dependência econômica, exclusão social e degradação ambiental. A exploração petrolífera na região é apresentada como promessa de desenvolvimento, mas esse discurso deve ser problematizado tendo em vista as experiências anteriores, os riscos socioambientais e o posicionamento da sociedade civil.

Este artigo buscou apresentar que um olhar sobre o Amapá, desde o ponto de vista interno ao externo, de exploração de recursos naturais voltados para exportação sem agregação de valor é incapaz de desenvolver o estado. Torna-se assim urgente repensar as estratégias de desenvolvimento do Amapá, que devem partir de políticas públicas que estimulem o uso sustentável de recursos, a valorização das populações locais e a diversificação produtiva de acordo com as especificidades da região.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Lula diz que combustíveis fósseis vão financiar transição energética.** Brasília, 24 fev. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2025-02/lula-diz-que-combustiveis-fosseis-va-o-financiar-transicao-energetica>. Acesso em: 7 ago. 2025.

BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo. 'Há terra para financiar nesse verão': a reposição da expropriação e da violência nos grandes projetos de desenvolvimento econômico no Brasil e uma crítica ao debate sobre a financeirização. **Contemporânea**, São Carlos, v. 11, n. 2, p. 623-639, mai./ago. 2021.

BASTOS, C. M. C. B; VALENTE, A. K. M. ; OLIVEIRA, K. N. . A ICOMI no amapá: a na empresa, os operários e suas famílias na mineração de manganês entre 1950 e 1960. **Revista Internacional de Direito Ambiental**, v. 1, p. 1-14, 2021.

BERMANN, C.. Notas sobre la energía incorporada en la exportación de bienes primarios en Brasil. **Energía y Equidad**, v. 1, p. 31-38, 2011.

BERMANN, C..Os projetos das mega-obras hidrelétricas na Amazônia: sociedade e ambiente frente à ação governamental. In: Andréa Zhouri. (Org.). **Desenvolvimento, reconhecimento de direitos e conflitos territoriais**. 1ed.Brasília, DF: , 2012, v. , p. 66-97.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2011/Capitulos/atuacao_institucional/o_bndes_politicas_publicas/pac.html. Acesso em: 2 set. 2025.

BORGES, Braulio. Royalties de mineração e petróleo/gás devem ser mais bem distribuídos. **Folha de S.Paulo**, 5 jun. 2025. Colunas. Disponível em:



<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/braulio-borges/2025/06/royalties-de-mineracao-e-petroleogas-devem-ser-mais-bem-distribuidos.shtml>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BRASIL DE FATO. Entidades indígenas, quilombolas e de defesa do meio ambiente criticam fala de Lula sobre exploração de petróleo na Margem Equatorial. São Paulo, 5 fev. 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/02/05/entidades-indigenas-quilombolas-e-de-defesa-do-meio-ambiente-criticam-fala-de-lula-sobre-exploracao-de-petroleo-na-margem-equatorial/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. **Temperatura média do planeta rompe limite de 1,5 °C em 2024, apontam centros meteorológicos.** Brasília, 12 jan. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2025/01/temperatura-media-do-planeta-rompe-limite-de-1-5degc-em-2024-apontam-centros-meteorologicos>. Acesso em: 07 ago. 2025.

CARDOSO, Rafael. **Leilão da ANP tem 34 blocos arrematados, 19 na Foz do Amazonas.** Agência Brasil, Brasília, 17 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-06/leilao-da-anp-tem-34-blocos-arrematados-19-na-foz-do-amazonas>. Acesso em: 06 ago. 2025.

CARMO, Eduardo Margarit Alfena; MIRANDA, Cleuton Pinto; BARREIRA, Celena Cunha Monteiro Antunes. A dinâmica territorial das grandes obras de infraestrutura desenvolvidas no Amapá no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, v. 12, n. 2, p. 7-20, jul./dez. 2019.

CHELALA, CLAUDIA; CHELALA, Charles. Oito décadas da economia do Amapá. In: Porto, Jadson. (Org.). **Amapá: oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023)**. 1ed. Maringá: Uniedusul, 2023, v. 1, p. 31-52

CORRÊA, Katrícia Milena Almeida. **A formação do complexo hidrelétrico no Rio Araguari: impactos no ordenamento territorial de Ferreira Gomes, Amapá.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2018.

CORRÊA, K.; PORTO, J. L. R. . Integração energética e desenvolvimento regional no Amapá. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 7, p. 5-22, 2019.

DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. (Coord.) **Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento.** São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, p. 46-87, 2016.

DRUMMOND, J. A. L.. O manganês do Amapá: o seu papel no desenvolvimento regional e nacional do Brasil (1957-1998). **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 11, p. 51-69, 2005.

DRUMMOND, J. A. L.; PEREIRA, M. A. P. . **O Amapá nos tempos do Manganês - um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico (1943-2000)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. v. 1. 498p .

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Estimativa volumétrica da Bacia da Foz do Amazonas.** Rio de Janeiro, 2024a. Disponível em:



https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/petroleo-gas-natural-e-biocombustiveis/ev-entos/serie-de-workshops-proximos-passos-combustivel-do-futuro-e-novas-politicas-do-setor-de-oleo-e-gas/workshop-potencializa-e-p/regina_ap-epe-dpg-spg_1x-2024-volumetria-da-fza-pep.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA (EPE). **Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) 2034**: Caderno de Abastecimento. Rio de Janeiro, 2024b. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-804/topico-709/PDE%202034_Caderno%20de%20Abastecimento_2024-08-29.pdf. Acesso em: 7 ago. 2025.

FIGUEIREDO, Fabiana. Clécio Luís defende petróleo e gás como nova matriz econômica para financiar a transição energética e a preservação da Amazônia. **Agência Amapá**, 16 mar. 2024. Disponível em: <https://www2.agenciaamapa.com.br/noticia/21889/clecio-luis-defende-petroleo-e-gas-como-nova-matriz-economica-para-financiar-a-transicao-energetica-e-a-preservacao-da-amazonia>. Acesso em: 8 ago. 2025.

FRABETTI, Giancarlo. Fluidez do capital, colapso nas cidades amazônicas: notas sobre a crise energética e humanitária no estado do Amapá. **Geografares (online)**, v. 31, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/geografares/872>. Acesso em: 17 de junho de 2023.

IBAMA. **Decisão do Ibama sobre pedido de licença para perfuração no bloco FZA-M-59, na bacia da Foz do Amazonas**. 17 maio 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2023/ibama-nega-licenca-de-perfuracao-na-bacia-da-foz-do-amazonas>. Acesso em: 8 ago. 2025.

IBAMA. **Nota à imprensa - Bloco FZA-M-59 – Bacia da Foz do Amazonas**. 19 maio 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br/assuntos/noticias/2025/nota-a-imprensa-bloco-fza-m-59-bacia-da-foz-do-amazonas>. Acesso em: 8 ago. 2025.

IBGE. **Amapá: panorama**. 2025. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 7 ago. 2025.

INPE. **Terra Brasilis: Incrementos de desmatamento em biomas da Amazônia**. [2025]. Disponível em: <https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/amazon/increments>. Acesso em: 8 ago. 2025.

LEÃO, Rafael da Silveira Soares; CUNHA, Danúbia Rodrigues da; SANTOS, Cláudio Hamilton Matos dos; RABELO, Rodrigo Cavalcanti. O Impacto dos royalties da exploração de recursos naturais nas finanças públicas municipais do Brasil. Brasília, DF: **Ipea**, maio 2024. 40 p. : il. (Texto para Discussão, n. 2996). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2996-port>

MAGALHÃES, Simone C. Lecques de (Coord.). **Caderno Geopolítica da Energia de Baixo Carbono**. Rio de Janeiro: FGV Energia, 2024. Disponível em: https://fgvenergia.fgv.br/sites/fgvenergia.fgv.br/files/alta_caderno_geopolitica_da_energia_de_baixo_carbono.pdf. Acesso em: 06 ago. 2025.



MAPBIOMAS. Mapeamento Anual de Cobertura e Uso da Terra no Brasil - Coleção 9. 2024. Disponível em: https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/10/Factsheet-Amazonia_C9_01_10_v2.pdf Acesso em 7 ago.2025.

MARQUES, Gilberto S. Amazônia: uma moderna colônia energético-mineral? **Universidade e Sociedade** (Brasília), v. 49, p. 32-45, 2012.

MARQUES, Indira. C. R.; MARQUES, Gilberto. Regionalismo e identidade na formação do território federal do amapá. **Revista Geonorte**, v. 7, p. 813, 2013.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF). **Margem Equatorial**: MPF pede suspensão de autorização para teste pré-operacional em bloco de petróleo. 27 jun. 2025. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/ap/sala-de-imprensa/noticias-ap/margem-equatorial-mpf-pede-suspensao-de-autorizacao-para-teste-pre-operacional-em-bloco-de-petroleo>. Acesso em: 9 ago. 2025.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**, v. 6, n.1, p. 113-168, 2003.

MOURA, Bruno de Freitas. Espera por Margem Equatorial custa R\$ 4 milhões por dia, diz federação. **Agência Brasil**, 28 jul. 2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-07/espera-por-margem-equatorial-custa-r-4-milhoes-por-dia-diz-federacao>. Acesso em: 8 ago. 2025.

NASCIMENTO, Cristiane. No maior evento do setor de energia do Norte e Nordeste, Governo do Estado reafirma posição favorável à exploração de petróleo na costa do Amapá. **Agência Amapá**, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciaamapa.com.br/noticia/30611/no-maior-evento-do-setor-de-energia-do-norte-e-nordeste-governo-do-estado-reafirma-posicao-favoravel-a-exploracao-de-petroleo-na-costa-do-amapa>. Acesso em: 8 ago. 2025.

NUNES, Maria. O Programa de Aceleração do Crescimento e as Fronteiras. In: PÊGO, Bolivar; MOURA, Rosa (org.). **Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública - volume 1**. Rio de Janeiro, 2018, cap. 12, p.381 - 411.

OLIVEIRA, Rafael. Nas cidades campeãs em royalties de petróleo, gasta-se muito, mas pobreza persiste. **Agência Pública**, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://apublica.org/2025/08/nas-cidades-campeas-em-royalties-de-petroleo-gasta-se-muito-mas-pobreza-persiste/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

OLIVEIRA, Vinicius. Comunidades costeiras do Amapá revelam preocupação com exploração de petróleo; 63% temem vazamentos e impactos na pesca e vida marinha. **Greenpeace Brasil**, 21 mar. 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/imprensa/comunidades-costeiras-do-amapa-revelam-preocupacao-com-exploracao-de-petroleo-63-temem-vazamentos-e-impactos-na-pesca-e-vida-marinha/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

ONS - Operador Nacional do Sistema Elétrico. **Plano Anual da Operação Energética dos Sistemas Isolados para 2024**. Disponível em: <https://share.google/OC09CBbii7yITPS3O>. Acesso em: 17 out. 2025.



PACHECO; John; CASTRO, Wilson. Apagão no Amapá completa 1 ano e expõe fragilidades no acesso a energia elétrica no estado. **G1**, 03 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/11/03/apagao-no-amapa-completa-1-ano-e-expos-fragilidades-no-acesso-a-energia-eletrica-no-estado.ghtml>. Acesso em: 17 out. 2025.

PASSOS, D. S.. A Icomi e a exploração mineral no Território Federal do Amapá. In: XII Congresso de História Econômica & 13º Conferência Internacional de História de Empresas, 2017, Niteroi-RJ. XII Congresso de História Econômica & 13º Conferência Internacional de História de Empresas, 2017.

PETROBRAS. **Petrobras informa sobre licenciamento do bloco FZA-M-59 no Amapá**. 18 maio 2023. Disponível em: <https://agencia.petrobras.com.br/w/petrobras-informa-sobre-licenciamento-do-bloco-fza-m-59-no-amapa>. Acesso em: 8 ago. 2025.

PETROBRAS. **Presidente da Petrobras recebe governador e senadores do Amapá**. 1 nov. 2024. Disponível em: <https://agencia.petrobras.com.br/w/institucional/presidente-da-petrobras-recebe-governador-e-senadores-do-amapa>. Acesso em: 8 ago. 2025.

PIQUET, Rosélia; TAVARES, Érica; PESSÔA, João Mendes. **Emprego no setor petrolífero: dinâmica econômica e trabalho no Norte Fluminense**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

PORTO, J. L. R.; GUIMARÃES, F. Dinâmicas e expectativas do Estado do Amapá: 80 anos de transformações territoriais e econômicas (1943-2023). In: Jadson Porto. (Org.). **Amapá: Oitenta anos de novas acionalidades e dinâmicas territoriais (1943-2023)**. 1ed. Maringá: Uniedusul, 2023, v. 1, p. 14-30

RIBEIRO, B. R., RESENDE, F. M., TESSAROLO, G., LOYOLA, K. G. G. M. R., SILVA, R., 2022. Mapeamento e estimativa da cobertura de áreas protegidas por estado e nacional, incluindo unidades de conservação, terras indígenas e territórios quilombolas. **Projeto Planafior** – Rio de Janeiro, RJ, número 4, 2022. 36 páginas. Disponível em: www.planafior.org Acesso em: 7 ago. 2025.

SILVA, Robson Dias da. Royalties e desenvolvimento regional: uma reflexão sobre os desafios do Rio de Janeiro. In: MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BRANDÃO, Carlos Antônio (Orgs.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2017. p. 347-367. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9034>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SIQUEIRA CAMPOS, K. F. **Implicações territoriais da Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari na Comunidade Tradicional do Iratapuru/AP**. 2019. 228 f. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás – GO, 2019.

VIANA, Inajara Amanda Fonseca. **Estudos sobre o setor energético no estado no Amapá e sua influência no desenvolvimento local, entre 1943 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2017.